

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I**

**INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno de prova contém um total de 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE:**

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Dispunha o artigo 178 da Constituição brasileira do Império: "É só constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos Políticos, e individuais dos Cidadãos. Tudo o que não é constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinárias".

As "formalidades referidas" eram as previstas para o processo de elaboração de emendas à Constituição.

A norma contida no dispositivo constitucional transcrito indica que, quanto à sua estabilidade, a Constituição de 1824 é

- (A) histórica.
- (B) flexível.
- (C) dogmática.
- (D) garantia.
- (E) semi-rígida.

2. Atendendo a determinação contida em um dado dispositivo constitucional, é promulgada lei ordinária para regulamentá-lo, obedecidos os limites materiais e as regras formais para a elaboração da lei. Referido dispositivo constitucional, no entanto, é posteriormente alterado por emenda constitucional, passando a ser exigida lei complementar para sua regulamentação, mantidos os limites materiais existentes anteriormente. Nesse caso, a lei ordinária em questão

- (A) não foi recepcionada pela nova norma constitucional, diante de sua incompatibilidade formal com as exigências formuladas na emenda.
- (B) foi revogada pela emenda, já que esta exige, para a regulamentação do dispositivo, lei complementar, que é instrumento normativo hierarquicamente superior à lei ordinária.
- (C) permanece válida, diante do respeito às regras formais exigidas quando de sua elaboração e de sua compatibilidade material com a nova norma constitucional.
- (D) não foi recepcionada pela nova norma constitucional, mas poderá recobrar sua eficácia, caso haja repristinação expressa em norma futura.
- (E) permanece válida, pois a exigência de lei complementar para regulamentação de dispositivo constitucional não pode ser efetuada por emenda.

3. A Constituição vigente reconhece como mecanismos de controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais

- (A) o veto presidencial a projetos de lei e a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- (B) a arguição de descumprimento de preceito fundamental e o recurso especial.
- (C) a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e o mandado de injunção.
- (D) o recurso extraordinário e a resolução do Congresso Nacional para suspender a eficácia de lei inconstitucional.
- (E) a ação direta interventiva e a iniciativa popular para apresentar propostas de emenda à Constituição.

4. Medida provisória editada pelo Presidente da República em 15 de março de 2003 e publicada no dia seguinte promove a majoração da alíquota do imposto sobre a propriedade territorial rural, sendo submetida de imediato ao Congresso Nacional. Apreciada e votada separadamente por cada uma das Casas do Congresso, que previamente se manifestaram sobre o atendimento dos pressupostos de urgência e relevância, é a medida provisória convertida em lei, 90 dias após sua publicação. Em relação a essa medida provisória, é correto afirmar que

- (A) é materialmente inconstitucional, por dispor sobre matéria vedada à edição de medidas provisórias.
- (B) é formalmente inconstitucional, pois deveria ser apreciada e votada em sessão conjunta do Congresso Nacional.
- (C) perdeu eficácia desde a data de sua edição, por decurso do prazo constitucional para sua conversão em lei.
- (D) é material e formalmente constitucional, mas apenas produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004.
- (E) é formalmente inconstitucional, pois não cabe às Casas do Congresso manifestar-se sobre a urgência e relevância da medida provisória.

5. No curso do segundo ano do mandato presidencial, descobrem-se, em sede de inquérito policial, elementos probatórios da prática de delitos penais pelo Presidente da República durante a campanha eleitoral para o pleito em que se consagrou vitorioso. Diante de tal situação, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

- (A) deverá ser oferecida denúncia perante o Supremo Tribunal Federal, que, se a receber, comunicará o fato à Câmara dos Deputados, para que esta decida sobre a eventual suspensão do processo.
- (B) compete ao Senado Federal autorizar, pelo voto de 2/3 de seus membros, a instauração de processo para responsabilização criminal e política do Presidente da República.
- (C) reconhece-se a irresponsabilidade penal temporária do Presidente da República, ocorrendo a suspensão da prescrição criminal até o término do mandato.
- (D) ficará o Presidente da República suspenso do exercício de suas funções até o término do julgamento do processo para sua responsabilização política e criminal perante o Supremo Tribunal Federal.
- (E) incumbe ao Procurador Geral da República oferecer denúncia perante a Câmara dos Deputados, para que esta autorize a instauração de processo para a responsabilização política e criminal do Presidente perante o Senado Federal.

6. A regra do quinto constitucional para o preenchimento de vagas nos Tribunais por membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, não se aplica à composição

- (A) dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- (B) do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) dos Tribunais de Alçada dos Estados.
- (D) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.
- (E) dos Tribunais Regionais Federais.

<p>7. Dispõe o artigo 28 do Código de Processo Penal: “Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender”.</p> <p>Em função das faculdades reconhecidas nesse dispositivo legal ao Procurador-geral, é correto afirmar que, nesse particular, o artigo 28 do Código de Processo Penal</p> <p>(A) atende ao princípio da independência funcional do Ministério Público, dado que não se permite ao Procurador-geral obrigar o promotor proponente do arquivamento a iniciar a ação penal.</p> <p>(B) ofende o princípio do promotor natural, na medida em que permite a designação pelo Procurador-geral de um promotor de exceção.</p> <p>(C) afronta o princípio da indivisibilidade do Ministério Público, em decorrência do qual seus membros vinculam-se aos processos em que atuam, não podendo ser substituídos por outros.</p> <p>(D) é expressão do princípio da unidade institucional do Ministério Público, já que ao Procurador-geral cabe exercer a chefia da instituição, de modo incontestável e hegemônico.</p> <p>(E) fere a garantia de inamovibilidade do membro do Ministério Público, uma vez que sua remoção ou promoção somente pode dar-se por iniciativa própria sua, jamais <i>ex officio</i>.</p>	<p>10. A concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade de lei, pelo Supremo Tribunal Federal,</p> <p>(A) deverá ser decidida pelo voto de 2/3 dos membros do Tribunal, salvo no período de recesso.</p> <p>(B) torna aplicável a legislação anterior acaso existente, desde que haja manifestação expressa do Tribunal nesse sentido.</p> <p>(C) terá eficácia contra todos e produzirá efeitos <i>ex nunc</i>, salvo se o Tribunal dotá-la de eficácia retroativa.</p> <p>(D) será obrigatoriamente precedida da oitiva do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.</p> <p>(E) não poderá ser deferida sem a audiência das autoridades ou órgãos dos quais emanada a lei impugnada.</p>
<p>8. O estabelecimento, pelo legislador ordinário, de exigências diferenciadas para permitir a adoção de crianças e adolescentes por estrangeiros</p> <p>(A) afronta o princípio da igualdade, encartado no artigo 5º da Constituição.</p> <p>(B) é contrário ao direito de crianças e adolescentes ao convívio familiar.</p> <p>(C) é discriminatório em relação aos filhos adotados e, portanto, inconstitucional.</p> <p>(D) está em conformidade com o ordenamento constitucional vigente.</p> <p>(E) afronta a Constituição, pois esta veda expressamente a adoção internacional.</p>	<p>11. De acordo com o sistema constitucional de repartição de competências entre os entes da Federação brasileira,</p> <p>(A) aos Estados-membros não foram conferidas competências materiais privativas.</p> <p>(B) não há competências materiais privativas explícitas dos Municípios.</p> <p>(C) não há possibilidade de celebração de convênios de cooperação entre os entes da Federação para gestão de serviços públicos.</p> <p>(D) cabe aos Estados-membros exercerem a competência supletiva quando a União omitir-se na execução de sua competência material privativa.</p> <p>(E) lei complementar pode autorizar os Estados-membros a legislar sobre questões específicas das matérias de competência legislativa privativa da União Federal.</p>
<p>9. De acordo com a Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, incumbindo aos Municípios</p> <p>(A) atuar, prioritariamente, no ensino fundamental e médio e na educação infantil.</p> <p>(B) aplicar, no mínimo, 25% da receita de impostos no ensino, sob pena de intervenção estadual.</p> <p>(C) definir formas de colaboração com a União, para assegurar a universalização do ensino obrigatório.</p> <p>(D) efetuar a cobrança da contribuição social do salário-educação como fonte adicional de financiamento da educação.</p> <p>(E) exercer função redistributiva e supletiva, no financiamento educacional, para garantir a equalização de oportunidades e qualidade de ensino.</p>	<p>12. Ao exercer sua autonomia, o Município deve observância a várias regras constitucionais limitadoras de sua auto-organização. Entre elas, pode-se citar aquela segundo a qual</p> <p>(A) os vereadores gozam da imunidade material, relativamente às suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.</p> <p>(B) o Prefeito deve ser julgado pela Câmara dos Vereadores nos crimes de responsabilidade e nos comuns.</p> <p>(C) é vedada a iniciativa popular de projetos de lei de competência municipal.</p> <p>(D) os subsídios do Prefeito e dos Vereadores serão fixados em lei municipal, de iniciativa conjunta do Chefe do Poder Executivo e do Presidente da Câmara dos Vereadores.</p> <p>(E) somente poderão ser criados Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais para auxiliar o controle externo exercido pela Câmara Municipal nos Municípios com mais de 500 mil habitantes.</p>

13. Roberto, servidor público da Prefeitura de Recife, pretende aposentar-se no cargo de médico municipal ao completar 65 anos de idade, ocasião em que completará 30 anos de contribuição, 10 anos de serviço público e 5 anos de exercício no cargo efetivo de médico. Nesse caso, Roberto

- (A) não poderá aposentar-se, por faltar-lhe tempo mínimo de permanência no cargo efetivo de médico.
- (B) não poderá aposentar-se, por faltar-lhe tempo mínimo de exercício no serviço público.
- (C) não poderá aposentar-se, por faltar-lhe tempo mínimo de contribuição.
- (D) poderá aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (E) poderá aposentar-se com proventos integrais.

14. Após um ano de exercício no cargo efetivo de professora municipal, Maria Amélia foi aprovada em concurso público estadual para um cargo administrativo de maior remuneração, tendo, então, pedido exoneração do cargo municipal. Considerando essa situação, de acordo com as normas constitucionais aplicáveis, Maria Amélia

- (A) não poderá ter computado o tempo de contribuição no cargo municipal para efeito de aposentadoria no cargo estadual.
- (B) deverá ter computado o tempo de serviço no cargo municipal para efeito de disponibilidade junto à Administração Pública estadual.
- (C) deverá ter computado o tempo de serviço no cargo municipal para fins de aquisição de estabilidade no cargo estadual.
- (D) deverá ter computado o tempo de serviço no cargo municipal para efeito de aposentadoria no cargo estadual.
- (E) somente poderá ter computado o tempo de serviço no cargo municipal para fins de promoção por antigüidade junto à Administração Pública estadual.

15. A Constituição Federal autoriza o Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, a exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova o seu adequado aproveitamento, sob pena de lhe serem impostas determinadas sanções de modo sucessivo. Dentre essas sanções NÃO se encontra

- (A) o parcelamento compulsório.
- (B) a edificação compulsória.
- (C) o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.
- (D) a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, nos termos da Constituição Federal.
- (E) o uso da propriedade particular pelo Poder Público municipal, cabendo indenização se houver dano.

## DIREITO CIVIL

16. **X, Y e Z** são servidores públicos, contando, respectivamente, onze (11), dez (10) e quatro (4) anos de serviço na data de 26/5/2003. A Lei Municipal nº 1 estabelecia que a cada cinco (5) anos de serviço ao servidor será deferido um adicional equivalente a 5% (cinco por cento) de seus vencimentos. A Lei nº 2, porém, que entrou em vigor no dia 27/5/2003, revogou a Lei nº 1, dizendo, expressamente, que fica ressaltado o Direito adquirido. Neste caso,

- (A) **X e Y** têm direito a apenas dois adicionais e **Z** não tem direito a nenhum adicional.
- (B) **X** tem direito a um adicional e mais 20% do segundo adicional, enquanto **Y** tem direito a um adicional e **Z** a 80% de um adicional.
- (C) **Z, Y e X** terão direito, respectivamente, a um (1), dois (2) e três (3) adicionais.
- (D) **X, Y e Z** terão suprimidos todos os adicionais, a partir da entrada em vigor da Lei nº 2, porque o Direito adquirido só se refere àquilo que já foi pago em razão do princípio da irrepetibilidade dos alimentos.
- (E) **X, Y e Z** continuarão a incorporar outros quinquênios até a data de suas respectivas aposentadorias, porque nomeados ao tempo em que vigorava a Lei nº 1.

17. O advogado **A**, que reside permanentemente em Olinda, mas mantém escritórios, onde exerce sua profissão, em Recife e Petrolina, tem por domicílio,

- (A) apenas Recife, por ser a Capital do Estado.
- (B) apenas Olinda, onde mantém residência com ânimo definitivo.
- (C) quanto às relações concernentes à profissão neles praticadas, os Municípios de Recife e Petrolina.
- (D) Olinda, Petrolina e Recife para quaisquer relações jurídicas, indistintamente.
- (E) o lugar em que for encontrado, pois se trata de um itinerante.

18. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida e a lei põe a salvo os direitos do nascituro, todavia,

- (A) a lei, para todos os fins, equipara o nascituro à prole eventual, devendo a herança de quem o contemplar em testamento aguardar o nascimento do herdeiro esperado, até a morte dos possíveis genitores deste.
- (B) a mãe não pode ter a posse dos bens a que o nascituro tiver direito por herança.
- (C) o nascituro está impedido de receber herança, mesmo que venha a nascer com vida.
- (D) é válida disposição a favor de prole eventual de pessoa viva ao abrir-se a sucessão, mas, se decorridos dois anos após a abertura da sucessão, não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados, salvo disposição em contrário do testador, caberão aos herdeiros legítimos.
- (E) o natimorto, para fins hereditários, também adquire personalidade jurídica, de modo que sempre sua genitora receberá os bens a que o nascituro tivesse Direito.

<p>19. A Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a eles pertinentes, entretanto, NÃO se incluem na sua disciplina:</p> <p>I. As locações de imóveis de propriedade dos Estados e dos Municípios.</p> <p>II. A locação não residencial se houver direito à ação renovatória do contrato de locação.</p> <p>III. A locação de espaços destinados à publicidade.</p> <p>IV. A locação para temporada.</p> <p>SOMENTE estão corretas as alternativas</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>22. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais conservar em seu patrimônio, e que não se encontrar na posse de outrem,</p> <p>(A) poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, 3 (três) anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.</p> <p>(B) passará ao domínio da União, como coisa vaga, depois de 5 (cinco) anos de abandono.</p> <p>(C) passará ao domínio do Município, mediante sentença declaratória da usucapião, depois de 10 (dez) anos de abandono.</p> <p>(D) só será arrecadado pelo município, depois que ficar provado que o proprietário conta oitenta (80) anos de idade e de cinco (5) anos atrás forem suas últimas notícias.</p> <p>(E) apenas será arrecadado pelo Estado onde se situar ou pelo Distrito Federal se nele se encontrar, mediante prévia declaração de ausência do proprietário ou de sua morte presumida.</p>
<p><u>Atenção:</u> Essa questão apresenta duas asserções. Assinale, na folha de respostas,</p> <p>(A) se as duas asserções forem verdadeiras e a segunda for uma justificativa correta da primeira.</p> <p>(B) se as duas asserções forem verdadeiras, mas a segunda não for uma justificativa correta da primeira.</p> <p>(C) se a primeira asserção for uma proposição verdadeira e a segunda uma proposição incorreta.</p> <p>(D) se a primeira asserção for uma proposição incorreta e a segunda uma proposição verdadeira.</p> <p>(E) se tanto a primeira como a segunda forem proposições incorretas.</p> <p>20. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao Juiz e assento no Registro Civil, mas o cônjuge sobrevivente terá obstada a união estável com o condenado por homicídio de seu consorte,</p> <p><b>PORQUE</b></p> <p>as causas suspensivas, em razão das quais as pessoas não devem casar, impedem a constituição da união estável.</p>	<p>23. Haverá obrigação de reparar o dano,</p> <p>(A) independentemente de culpa, apenas quando a lei estabelecer expressamente que a hipótese é de responsabilidade civil objetiva.</p> <p>(B) independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.</p> <p>(C) ainda que o réu seja absolvido no Juízo criminal, por qualquer fundamento, em razão do princípio da incomunicabilidade das instâncias civil e penal.</p> <p>(D) pelas pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, em razão dos atos praticados por seus empregados nessa qualidade, somente quando provada a culpa do agente.</p> <p>(E) sempre que o seu causador ostentar situação econômica mais vantajosa que a do ofendido, presumindo-se a culpa daquele.</p>
<p>21. A instituição do bem de família, pelos cônjuges ou entidade familiar, mediante escritura pública,</p> <p>(A) só pode abranger a residência da família qualquer que seja o seu valor.</p> <p>(B) exclui as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida na Lei nº 8.009, de 29/3/1990.</p> <p>(C) só pode abranger o imóvel residencial de menor valor, se houver mais de um no seu patrimônio.</p> <p>(D) tornou-se legalmente impossível depois da vigência da Lei nº 8.009, de 29/3/1990, para não ferir o princípio da isonomia.</p> <p>(E) pode abranger parte de seu patrimônio, desde que não ultrapasse 1/3 (um terço) do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição.</p>	<p>24. Há solidariedade ativa quando</p> <p>(A) cada devedor estiver obrigado apenas por uma cota parte da obrigação.</p> <p>(B) na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.</p> <p>(C) cada credor tiver direito a receber apenas uma cota parte da obrigação.</p> <p>(D) cada um dos credores tiver direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.</p> <p>(E) na fiança os fiadores estabeleceram entre si o benefício da divisão.</p> <p>25. Ocorrerá sub-rogação legal</p> <p>(A) se o credor receber o pagamento de terceiro, expressamente transferindo a este os seus direitos.</p> <p>(B) se o terceiro não interessado pagar a dívida em seu próprio nome.</p> <p>(C) se o terceiro não interessado, com desconhecimento ou oposição do devedor, pagar a dívida em nome deste, salvo se houvesse meios para ilidir a ação.</p> <p>(D) quando terceira pessoa empresta ao devedor a quantia necessária para solver a dívida.</p> <p>(E) se o terceiro interessado pagar a dívida pela qual era ou podia ser obrigado.</p>

## DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Determinada sociedade de economia mista federal pratica atos incompatíveis com as finalidades para as quais foi constituída e que não se encontram compreendidos pelo seu objeto social. Neste caso, de acordo com a legislação aplicável, o controle desses atos pode ser efetuado pelo

- (A) Presidente da República, por meio de recurso hierárquico com objetivo de anular os atos em questão.
- (B) Tribunal de Contas da União, em sede de representação, sendo-lhe facultado decretar a substituição dos Diretores da sociedade.
- (C) Ministro de Estado da pasta a que estiver subordinada a sociedade, por meio da supervisão ministerial, sendo-lhe facultado decretar intervenção.
- (D) Conselho de Administração da sociedade, mediante solicitação de qualquer acionista, visando à anulação dos atos.
- (E) Congresso Nacional, mediante solicitação de qualquer de seus membros, cabendo-lhe corrigir a atuação da sociedade por meio de decreto legislativo.

27. “Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público (...)”.

A partir da definição constante do art. 78 do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que o poder de polícia

- (A) é atividade estritamente vinculada, que não admite discricionariedade por parte da Administração.
- (B) compreende a faculdade de editar regulamentos disciplinadores dos direitos individuais, observados os limites legais.
- (C) pode ser objeto de delegação de competência, inclusive para entidades externas à Administração Pública.
- (D) restringe-se à prática de atos materiais pela Administração, condicionadores de direitos, tais como licenças e autorizações.
- (E) não pode ter por objeto direitos e liberdades individuais garantidos pela Constituição, que estão imunes à atuação do Poder Executivo.

28. Exclui-se das possíveis manifestações da discricionariedade administrativa a competência para o agente público decidir

- (A) se o ato deverá ou não ser praticado.
- (B) o momento da prática do ato.
- (C) quais os meios a serem utilizados para a prática do ato.
- (D) se os requisitos legais para a prática do ato serão ou não observados.
- (E) se estão presentes os motivos de conveniência e oportunidade para a prática do ato.

29. A venda a particulares, pelo Município, de área de terreno onde atualmente se localiza uma praça

- (A) não é possível por se tratar de bem de uso comum do povo por natureza.
- (B) depende, além de outros requisitos, da desafetação do bem, por meio de decreto, e da utilização do procedimento do leilão.
- (C) depende, além de outros requisitos, da desafetação do bem, por meio de lei, e da utilização do procedimento do leilão.
- (D) depende, além de outros requisitos, da desafetação do bem, por meio de decreto, e da utilização do procedimento da concorrência.
- (E) depende, além de outros requisitos, da desafetação do bem, por meio de lei, e da utilização do procedimento da concorrência.

30. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, nos processos administrativos visando à aplicação de penalidade por infração de trânsito,

- (A) a penalidade será aplicada sem a oitiva prévia do infrator, que somente se manifestará após receber a notificação respectiva.
- (B) é indispensável a assinatura do infrator no auto de infração, quando lavrado em flagrante.
- (C) são cabíveis recursos apenas para uma instância superior, consistente nas Juntas Administrativas de Recursos de Infração (JARIs).
- (D) a interposição de recurso depende do pagamento da multa aplicada, se for o caso.
- (E) o infrator não poderá ser notificado após decorrido o prazo de 10 (dez) dias.

31. Durante a execução de obra pública, um particular contratado para a realização da construção provoca danos a prédio vizinho, de propriedade do próprio Poder contratante. Nessa hipótese, a responsabilidade civil do particular

- (A) é objetiva, pois a atividade prestada é equiparada a serviço público.
- (B) depende da comprovação de seu dolo ou culpa.
- (C) apenas se caracteriza se não for comprovada omissão na fiscalização da obra, pelo Poder Público.
- (D) não se configura, cabendo ao Poder Público executar as garantias contratuais.
- (E) depende da constatação de vícios que comprometam a solidez e segurança da edificação.

32. “A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”.

O dispositivo acima transcrito, previsto no art. 421 do Código Civil, pode ser aplicado aos contratos administrativos, de acordo com a legislação que lhes é concernente (Lei nº 8.666/93),

- (A) imediatamente, em razão da supremacia do Código Civil em relação às demais leis do ordenamento jurídico.
- (B) imediatamente, em razão da necessidade de se regular o exercício da liberdade do Poder Público de contratar.
- (C) supletivamente, após serem aplicados os preceitos de direito público.
- (D) imediatamente, para os contratos celebrados após a edição do Código Civil, e supletivamente, para os anteriores.
- (E) excepcionalmente, pois não cabe a aplicação de princípios para regular contratos administrativos.

<p>33. Compreende-se entre as prerrogativas da Administração Pública</p> <p>(A) o foro privilegiado para discutir a legalidade de seus atos.</p> <p>(B) a faculdade de requerer ao Poder Judiciário a auto-executoriedade de seus atos.</p> <p>(C) a imprescindibilidade da licitação para a celebração de contratos.</p> <p>(D) a possibilidade de anular seus próprios atos, quando ilegais.</p> <p>(E) o direito de revogar seus próprios atos, revogando igualmente os efeitos por eles já produzidos.</p>	<p>37. No exercício de seu poder normativo, o Presidente da República, por decreto, disciplina aspectos do funcionamento da Administração Pública federal, sem, com isso, importar aumento de despesas, extinguindo, aliás, cargos públicos ocupados por servidores cuja remuneração elevava os índices de despesa com pessoal para além dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O decreto em questão</p> <p>(A) violou o ordenamento constitucional, por disciplinar o funcionamento da Administração, o que é matéria de reserva legal.</p> <p>(B) violou o ordenamento constitucional, por extinguir os cargos em questão, o que contraria disposição expressa da Constituição Federal.</p> <p>(C) está de acordo com a Constituição, que prevê expressamente essa medida em defesa da responsabilidade fiscal.</p> <p>(D) está de acordo com a Constituição, ainda que não amparado expressamente por nenhum de seus dispositivos, pois se enquadra genericamente na competência do Presidente da República para editar decretos autônomos, que possuem eficácia imediata.</p> <p>(E) está de acordo com a Constituição, ainda que não amparado expressamente por nenhum de seus dispositivos, pois se enquadra genericamente na competência do Presidente da República para editar decretos autônomos, que devem ser aprovados pelo Congresso Nacional para produzir efeitos.</p>
<p>34. De acordo com a Lei nº 8.112/90, é considerado servidor público</p> <p>(A) o titular de cargo público de provimento efetivo, em órgão da Administração Direta, investido com observância dos requisitos legais.</p> <p>(B) o empregado de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos.</p> <p>(C) o estagiário que exerce funções, em caráter voluntário e informal, em órgão público.</p> <p>(D) o particular convocado pelo Tribunal Regional Eleitoral para o exercício de funções auxiliares em eleições.</p> <p>(E) o empregado de empresa terceirizada, contratada por órgão da Administração Direta para execução de serviços não compreendidos em sua atividade-fim.</p>	<p>38. A ausência de motivação em um ato administrativo que, por expressa previsão legal, devesse ser motivado, e a prática de ato administrativo visando-se a fim diverso daquele previsto explicitamente na regra de competência, segundo a classificação do direito positivo brasileiro, caracterizam, respectivamente, os vícios ditos</p> <p>(A) desvio de finalidade e incompetência.</p> <p>(B) ilegalidade do objeto e inexistência dos motivos.</p> <p>(C) inexistência dos motivos e incompetência.</p> <p>(D) vício de forma e desvio de finalidade.</p> <p>(E) inexistência dos motivos e desvio de finalidade.</p>
<p>35. Determinado Município adquire, no mercado de bolsa de valores, ações representativas de 60% (sessenta por cento) do capital votante de uma sociedade anônima, passando a exercer o respectivo controle. Não houve, porém, lei específica aprovada pela Câmara Municipal, autorizando a operação. Nessa hipótese, a sociedade anônima em tela</p> <p>(A) passará a ser considerada sociedade de economia mista municipal, integrante da Administração Direta.</p> <p>(B) apenas passará a integrar a Administração Indireta se se transformar em empresa pública, na forma da legislação aplicável.</p> <p>(C) passará a ser considerada empresa pública municipal, integrante da Administração Indireta.</p> <p>(D) integrará a Administração Indireta, como entidade <i>sui generis</i>, sujeita ao regime jurídico geral de direito privado.</p> <p>(E) não integrará a Administração Direta, nem a Indireta, sendo apenas uma companhia sob controle municipal.</p>	<p>39. Considere dois atos administrativos: um, que já tenha exaurido seus efeitos; outro, que tenha sido praticado de modo vinculado. É usual a doutrina afirmar que a própria Administração</p> <p>(A) não pode revogá-los, mas pode anulá-los.</p> <p>(B) não pode anulá-los, mas pode revogá-los.</p> <p>(C) pode anulá-los e revogá-los.</p> <p>(D) não pode anulá-los, nem revogá-los.</p> <p>(E) pode anular, mas não revogar o primeiro; e pode revogar, mas não anular o segundo.</p>
<p>36. A ocorrência de um acontecimento externo a um contrato administrativo, estranho à vontade das partes, imprevisível quanto à ocorrência ou às consequências, inevitável, desequilibrando-o e tornando a execução excessivamente onerosa para o contratado, é caracterizada pela doutrina brasileira como</p> <p>(A) fato da Administração.</p> <p>(B) teoria da imprevisão.</p> <p>(C) álea empresarial.</p> <p>(D) fato do príncipe.</p> <p>(E) álea ordinária.</p>	<p>40. A Administração Pública celebra verbalmente três contratos, realizados em regime de adiantamento. O primeiro, de compra de material de escritório, no valor de R\$ 1.000,00. O segundo, de compra de materiais de construção para futura obra na sede da repartição, no valor de R\$ 6.000,00. O terceiro, de prestação de serviços de segurança no valor de R\$ 2.000,00. Considerando-se o regime da Lei nº 8.666/93,</p> <p>(A) os três contratos são válidos.</p> <p>(B) o primeiro e o terceiro são válidos, sendo nulo o segundo.</p> <p>(C) o segundo e o terceiro são válidos, sendo nulo o primeiro.</p> <p>(D) apenas o primeiro é válido.</p> <p>(E) apenas o segundo é válido.</p>

<p>41. Determinado Estado celebra um convênio com um de seus Municípios. Dentre as cláusulas desse convênio destacam-se três:</p> <p>I. A que prevê repasses financeiros do Estado para o Município.</p> <p>II. A que estabelece que os saldos de convênio, enquanto não utilizados, devem ser aplicados, conforme o caso, em cadernetas de poupança, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública.</p> <p>III. A que determina que as receitas financeiras dessas aplicações possam ser computadas pelo Município como receita própria, desvinculada do convênio.</p> <p>Considerando-se o regime da Lei nº 8.666/93,</p> <p>(A) as cláusulas I, II e III são legais.</p> <p>(B) as cláusulas I, II e III são ilegais.</p> <p>(C) apenas a cláusula I é ilegal.</p> <p>(D) apenas a cláusula II é ilegal.</p> <p>(E) apenas a cláusula III é ilegal.</p>	<p>44. Determinada Lei Orgânica de Município, editada em 2002, estabelece que “a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, com auxílio de Tribunal de Contas do Município, que nesse ato é criado, devendo as contas do Município ficar disponíveis a qualquer contribuinte, para exame e apreciação, durante 30 dias, anualmente.”</p> <p>Essa norma é</p> <p>(A) constitucional em todos seus aspectos.</p> <p>(B) inconstitucional apenas pelos aspectos da indicação do Poder Legislativo Municipal como responsável pelo controle externo e do prazo para acesso aos contribuintes.</p> <p>(C) inconstitucional apenas pelos aspectos da criação do Tribunal de Contas do Município e do prazo para acesso aos contribuintes.</p> <p>(D) inconstitucional apenas pelos aspectos da indicação do Poder Legislativo Municipal como responsável pelo controle externo e da criação do Tribunal de Contas do Município.</p> <p>(E) inconstitucional em todos seus aspectos.</p>
<p>42. Em uma licitação de obra, pelo critério de menor preço, foram apresentadas as seguintes propostas comerciais: Empresa A: R\$ 60.000,00; Empresa B: R\$ 57.500,00; Empresa C: R\$ 55.000,00; Empresa D: R\$ 41.000,00. Nessa licitação, o valor orçado pela Administração foi de R\$ 85.000,00. Considerando-se apenas a fórmula de cálculo prevista na Lei nº 8.666/93,</p> <p>(A) nenhuma das Empresas apresentou proposta manifestamente inexecutável.</p> <p>(B) apenas a Empresa D apresentou proposta manifestamente inexecutável.</p> <p>(C) apenas as Empresas D e C apresentaram propostas manifestamente inexecutáveis.</p> <p>(D) apenas as Empresas D, C e B apresentaram propostas manifestamente inexecutáveis.</p> <p>(E) todas as Empresas apresentaram propostas manifestamente inexecutáveis.</p>	<p>45. Considere as relações jurídicas estabelecidas entre:</p> <p>I. O Presidente da República e o Prefeito de um Município.</p> <p>II. O Prefeito de um Município e um Secretário desse Município.</p> <p>III. O Prefeito de um Município e o Presidente de uma autarquia desse Município.</p> <p>Conforme a doutrina administrativista, há vínculos de hierarquia</p> <p>(A) nas relações mencionadas nos itens I, II e III.</p> <p>(B) apenas nas relações mencionadas nos itens I e II.</p> <p>(C) apenas nas relações mencionadas nos itens II e III.</p> <p>(D) apenas na relação mencionada no item II.</p> <p>(E) apenas na relação mencionada no item III.</p>
<p>43. Convocado o primeiro classificado de uma licitação, para assinar o respectivo termo de contrato no prazo regularmente estabelecido, este não comparece, nem se manifesta. Encerrado o prazo, nos termos da Lei nº 8.666/93,</p> <p>(A) a Administração poderá prorrogá-lo uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado.</p> <p>(B) terá decaído o direito de contratar do primeiro classificado, devendo a Administração revogar a licitação.</p> <p>(C) terá decaído o direito de contratar do primeiro classificado, devendo a Administração anular a licitação.</p> <p>(D) terá decaído o direito de contratar do primeiro classificado, podendo a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas por cada qual.</p> <p>(E) terá decaído o direito de contratar do primeiro classificado, podendo a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO TRIBUTÁRIO</b></p> <p>46. A respeito da competência da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal para instituir imposto, é correto afirmar que</p> <p>(A) o imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.</p> <p>(B) o imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação, de quaisquer bens ou direitos, de competência dos Estados e do Distrito Federal, relativamente a bens imóveis compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.</p> <p>(C) o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, de competência dos Municípios, compete ao Município em que residir o proprietário do bem.</p> <p>(D) a União poderá instituir, mediante lei complementar, impostos não expressamente previstos no art. 153 da Constituição Federal, desde que sejam uniformes em todo o território nacional e não tenham base de cálculo própria de taxas.</p> <p>(E) o Município tem a competência tributária de instituir alíquotas de IPTU, progressivas no tempo, independentemente da existência ou não de plano diretor.</p>

47. Considere as seguintes afirmações:

- I. O imposto sobre importação de produtos estrangeiros será seletivo, em função da essencialidade do produto.
- II. O imposto sobre produtos industrializados será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- III. O imposto sobre propriedade territorial rural terá suas alíquotas fixadas de modo a desestimular a manutenção de propriedades cuja exploração, ainda que produtiva, implique devastação da natureza.
- IV. O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade.

Quanto aos princípios constitucionais aplicáveis aos impostos de competência da União, SOMENTE está correto o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

48. Sobre o conceito de tributo, definido no artigo 3º do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que o tributo

- (A) pode constituir sanção de ilícito.
- (B) deve ser cobrado mediante atividade administrativa plenamente discricionária.
- (C) pode ser pago por intermédio de prestação de serviço de qualquer natureza.
- (D) está submetido à reserva legal.
- (E) é toda prestação pecuniária facultativa.

49. No que concerne à interpretação e à integração da legislação tributária, tal como tratadas pelo Código Tributário Nacional,

- (A) os princípios gerais de direito tributário deverão ser o primeiro instrumento a ser utilizado, pela autoridade competente, para aplicar a legislação tributária na ausência de disposição expressa.
- (B) deve-se interpretar literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de imunidades e isenções.
- (C) a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal para definir ou limitar competências tributárias.
- (D) os princípios gerais de direito privado devem ser utilizados para a definição dos efeitos tributários dos institutos, conceitos e formas do direito privado.
- (E) não há nenhuma hipótese em que a norma tributária deve ser interpretada de forma literal.

50. Quanto ao direito do contribuinte à restituição de tributos pagos indevidamente, é correto afirmar que

- (A) o prazo de decadência do direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 10 (dez) anos contados da data da extinção do crédito tributário ou da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.
- (B) o sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo pago indevidamente ou a maior, não sendo tal direito, contudo, extensível à restituição de juros de mora e penalidades pecuniárias.
- (C) o Código Tributário Nacional estabelece hipóteses de interrupção do prazo de prescrição para que o contribuinte possa recuperar tributo pago indevidamente.
- (D) a restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem comprove haver efetuado, em nome próprio, seu recolhimento, independentemente de quem tenha assumido o respectivo encargo.
- (E) prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

51. A obrigação tributária é principal e acessória sendo que

- (A) a obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.
- (B) a obrigação principal sempre deverá ser cumprida (obrigatória), enquanto a obrigação acessória não precisa necessariamente ser cumprida pelo seu caráter puramente facultativo (acessório).
- (C) a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária o que não significa que o crédito dela (obrigação) decorrente também será extinto.
- (D) a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e este somente definido em norma infra-legal.
- (E) o crédito tributário não decorre da obrigação principal porque não possui a mesma natureza desta.

52. Considere as seguintes afirmações quanto à extinção do crédito tributário:

- I. entre as modalidades de extinção do crédito tributário estão o pagamento, a moratória, a conversão de depósito em renda e a consignação do pagamento;
- II. a lei pode estabelecer a forma e as condições para que a dação em pagamento em bens imóveis seja válida como modalidade de extinção do crédito tributário;
- III. é autorizada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, quando lhe for concedida liminar em mandado de segurança para tal finalidade;
- IV. excluem o crédito tributário a isenção e a anistia, não sendo dispensado, todavia, o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

SOMENTE está correto o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

<p>53. A capacidade ativa do sujeito passivo da obrigação tributária depende</p> <p>(A) da capacidade civil das pessoas naturais.</p> <p>(B) da situação econômica da pessoa jurídica.</p> <p>(C) apenas da pessoa jurídica configurar-se numa unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante, para o direito tributário, ela estar regularmente constituída.</p> <p>(D) de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.</p> <p>(E) do discernimento do agente passivo para compreender a extensão do seu ato.</p>	<p>57. Sobre o crédito tributário, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. A constituição do crédito tributário, por intermédio do lançamento por declaração, não é ato privativo de autoridade administrativa.</p> <p>II. A tutela antecipada e a medida liminar concedidas em ação cautelar não são hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.</p> <p>III. O simples pagamento de tributo sujeito a lançamento por homologação extingue o crédito tributário.</p> <p>IV. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>54. A respeito das obrigações abaixo, é correto afirmar que</p> <p>(A) a contribuição de melhoria pode ser validamente instituída no caso de obra pública de relevante interesse local, podendo, inclusive, ser cobrada antes mesmo da realização da referida obra.</p> <p>(B) as tarifas estão submetidas ao regime jurídico tributário.</p> <p>(C) as taxas são tributos não vinculados, pois tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.</p> <p>(D) o fato gerador dos impostos deve estar vinculado a uma atividade estatal específica.</p> <p>(E) os Municípios podem instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação.</p>	<p>58. A chamada “imunidade recíproca” que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, também é extensiva às</p> <p>(A) fundações mantidas pela iniciativa privada, sem fins lucrativos, abrangendo não só o seu patrimônio, renda ou serviços, mas também todos os fatos que não estejam vinculados a sua atividade fim.</p> <p>(B) sociedades de economia mista e às empresas públicas.</p> <p>(C) pessoas que compõem a Administração Pública Indireta no que se refere exclusivamente ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.</p> <p>(D) autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.</p> <p>(E) concessionárias de serviço público no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de sua atividade econômica.</p>
<p>55. A extinção definitiva do crédito tributário ocorre quando</p> <p>(A) da remissão.</p> <p>(B) do pagamento do tributo independentemente do tipo de lançamento que o mesmo (tributo) está sujeito.</p> <p>(C) do depósito do seu montante integral.</p> <p>(D) do parcelamento do débito.</p> <p>(E) da decisão judicial de Tribunal ainda pendente de recurso cujo efeito é meramente devolutivo e não suspensivo.</p>	<p>59. A empresa Imóveis de São Antônio S.A., que tem por objeto social a compra, venda e locação de bens imóveis, incorpora em realização de capital imóvel de propriedade de Joaquim dos Santos, um dos seus sócios. Diante dessa operação, é correto afirmar que</p> <p>(A) em virtude da transferência da titularidade do imóvel, haverá a ocorrência do fato gerador do IPTU.</p> <p>(B) em virtude da transferência da titularidade do imóvel, haverá a ocorrência do fato gerador do ISS, porque estamos diante de uma prestação de serviço de venda de imóvel.</p> <p>(C) não haverá a ocorrência de fato gerador de nenhum tributo de competência do Município.</p> <p>(D) haverá a ocorrência do fato gerador do ITBI.</p> <p>(E) não haverá a ocorrência do fato gerador do ITBI, porque se está diante de uma das imunidades específicas, qual seja: o ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.</p>
<p>56. A responsabilidade de terceiros em matéria tributária NÃO se aplica</p> <p>(A) solidariamente, sobre os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.</p> <p>(B) pessoalmente, quando da prática de atos ilícitos, sobre os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.</p> <p>(C) solidariamente, quando da prática de atos lícitos, sobre os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.</p> <p>(D) solidariamente, sobre os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.</p> <p>(E) pessoalmente, sobre os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, quando seus atos forem lícitos.</p>	

<p>60. Pertence aos Municípios:</p> <p>(A) o produto de arrecadação de todos os tributos de competência da União e dos Estados, cujo fato gerador tenha ocorrido no respectivo Município.</p> <p>(B) apenas o produto de arrecadação dos tributos de competência tributária dos Estados.</p> <p>(C) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente no final do exercício.</p> <p>(D) cinquenta por cento do produto da arrecadação das contribuições que a União pode instituir no exercício de sua competência residual.</p> <p>(E) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.</p>	<p>64. Concedido o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva</p> <p>(A) após expirado seu prazo, tornando-se o ato irreversível, não podendo a parte notificante reconsiderá-lo.</p> <p>(B) se a outra parte não o contestar, mas se a parte notificante reconsiderar seu ato, antes de seu termo, à outra é facultado aceitar ou não a reconsideração.</p> <p>(C) após expirado seu prazo, podendo a parte notificante reconsiderar seu ato, antes de seu termo, independentemente da aceitação ou não da parte contrária.</p> <p>(D) se a outra parte não o contestar, podendo a parte notificante reconsiderar seu ato, antes de seu termo, independentemente da aceitação ou não da parte contrária.</p> <p>(E) após expirado seu prazo, mas se a parte notificante reconsiderar seu ato, antes de seu termo, à outra é facultado aceitar ou não a reconsideração.</p>
<p><b>DIREITO DO TRABALHO</b></p> <p>61. A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa, relativamente aos respectivos empregados,</p> <p>(A) implicará em despedida sem justa causa.</p> <p>(B) implicará em despedida por justa causa.</p> <p>(C) não afetará os contratos de trabalho.</p> <p>(D) implicará em rescisão contratual por culpa recíproca.</p> <p>(E) afetará os contratos de trabalho apenas dos ocupantes de cargos de confiança.</p>	<p>65. Dentre os direitos reconhecidos aos empregados urbanos e rurais, foram igualmente consagrados, pelo texto constitucional, aos servidores públicos, além do direito ao salário mínimo, licença à gestante,</p> <p>(A) décimo terceiro salário, jornada de seis horas para trabalho em turnos ininterruptos de revezamento e licença paternidade.</p> <p>(B) décimo terceiro salário, remuneração do trabalho noturno superior a do diurno e licença paternidade.</p> <p>(C) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias, remuneração do trabalho noturno superior a do diurno e reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos de trabalho.</p> <p>(D) remuneração do trabalho noturno superior a do diurno, reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos de trabalho e proteção em face da automação, na forma da lei.</p> <p>(E) décimo terceiro salário, remuneração do trabalho noturno superior a do diurno, licença paternidade e do reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos de trabalho.</p>
<p>62. A concessão pelo empregador ao empregado de transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público,</p> <p>(A) é considerada salário, compondo a remuneração do empregado, apenas relativamente ao percurso não servido por transporte público.</p> <p>(B) é considerada salário, compondo a remuneração do empregado.</p> <p>(C) é considerada salário, compondo a remuneração do empregado, apenas relativamente ao percurso servido por transporte público.</p> <p>(D) não é considerada salário, não compondo a remuneração do empregado.</p> <p>(E) não é considerada salário, não compondo a remuneração do empregado, apenas quando assim expresso em norma coletiva.</p> <p>63. Um indivíduo prestou serviços à Prefeitura Municipal, no período de 1995 a 2002, preenchidos todos os requisitos dos artigos 2º, 3º e 442 da CLT, mas sem se submeter a concurso público de provas e títulos. Este período trabalhado</p> <p>(A) não configura contrato de trabalho, por óbice constitucional, gerando direito apenas ao pagamento de salários.</p> <p>(B) configura contrato de trabalho, não obstante a vedação constitucional, reconhecendo-se todos os direitos trabalhistas ao servidor.</p> <p>(C) configura contrato de trabalho, não obstante a vedação constitucional, reconhecendo-se apenas os direitos trabalhistas de natureza salarial ao servidor.</p> <p>(D) não configura contrato de trabalho, por óbice constitucional, não gerando qualquer direito ao prestador de serviços.</p> <p>(E) configura contrato de trabalho, não obstante a vedação constitucional, reconhecendo-se apenas os direitos trabalhistas de natureza indenizatória ao servidor.</p>	<p><b>DIREITO PENAL</b></p> <p>66. Excluem a antijuridicidade da conduta</p> <p>(A) a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal e a obediência hierárquica.</p> <p>(B) a coação irresistível, a desistência voluntária e o exercício regular de direito.</p> <p>(C) o arrependimento eficaz, o arrependimento posterior e o estado de necessidade.</p> <p>(D) a coação irresistível, a obediência hierárquica e a desistência voluntária.</p> <p>(E) o exercício regular de direito, o estrito cumprimento do dever legal e o estado de necessidade.</p>

<p>67. NÃO exclui a imputabilidade</p> <p>(A) a menoridade.</p> <p>(B) a emoção.</p> <p>(C) o desenvolvimento mental retardado.</p> <p>(D) a embriaguez proveniente de força maior.</p> <p>(E) a doença mental.</p>	<p>72. Os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo</p> <p>(A) provocam, quando ausentes, a declaração de inexistência do processo.</p> <p>(B) precisam da iniciativa da parte para serem apreciados pelo juiz.</p> <p>(C) são de ordem pública, não se sujeitam a preclusão e podem ser apreciados de ofício pelo juiz.</p> <p>(D) dizem respeito sempre ao binômio necessidade e utilidade do processo.</p> <p>(E) quando ausentes, provocam extinção do processo, sem julgamento do mérito, por perempção.</p>
<p>68. No crime de concussão, a circunstância de ser um dos agentes funcionário público</p> <p>(A) não é elementar, não se comunicando, portanto, ao concorrente particular.</p> <p>(B) é elementar, mas não se comunica ao concorrente particular.</p> <p>(C) é elementar, comunicando-se ao concorrente particular, ainda que este desconheça a condição daquele.</p> <p>(D) é elementar, comunicando-se ao concorrente particular, se este conhecia a condição daquele.</p> <p>(E) não é elementar, comunicando-se, em qualquer situação, ao concorrente particular.</p>	<p>73. Da decisão que denega a antecipação do provimento jurisdicional</p> <p>(A) não cabe qualquer recurso, por se tratar de despacho liminar ordinatório e não de decisão incidental.</p> <p>(B) cabe agravo, a ser recebido como regra somente no efeito devolutivo e excepcionalmente em ambos os efeitos, por se tratar de decisão incidental.</p> <p>(C) cabe apelação, porque se trata de decisão que antecipa a análise do mérito da causa.</p> <p>(D) cabe agravo, a ser recebido como regra em ambos os efeitos, por se tratar de decisão interlocutória com danos irreversíveis ao autor.</p> <p>(E) não cabe qualquer recurso, por ausência de gravame.</p>
<p>69. NÃO constitui causa de extinção da punibilidade</p> <p>(A) a reparação do dano no peculato culposos, se precedente à sentença irrecorrível.</p> <p>(B) a renúncia tácita do direito de queixa.</p> <p>(C) o perdão do ofendido, se recusado pelo querelado.</p> <p>(D) a retratação do agente, quando admitida em lei.</p> <p>(E) a composição dos danos civis nas infrações de menor potencial ofensivo.</p>	<p>74. A sentença que extingue o processo cautelar faz coisa julgada material se</p> <p>(A) reconhecer a falta de pressuposto processual.</p> <p>(B) reconhecer a carência da ação.</p> <p>(C) acolher a alegação de prescrição ou de decadência.</p> <p>(D) julgar improcedente o pedido cautelar por qualquer fundamento.</p> <p>(E) indeferir a petição inicial por qualquer fundamento.</p>
<p>70. A corrupção ativa é crime</p> <p>(A) formal, não exigindo a ocorrência do resultado naturalístico para alcançar a consumação.</p> <p>(B) material, não exigindo a ocorrência do resultado para alcançar a consumação.</p> <p>(C) comissivo por omissão, só alcançado o resultado quando o agente, por deixar de fazer o que estava obrigado, produz o resultado.</p> <p>(D) material, exigindo a ocorrência do resultado para alcançar a consumação.</p> <p>(E) formal, exigindo a ocorrência do resultado naturalístico para alcançar a consumação.</p>	<p>75. No tocante às ações possessórias considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. São dúplices e fungíveis.</p> <p>II. Sendo julgadas improcedentes, não impedem o ajuizamento de ação petitória pelo mesmo autor.</p> <p>III. Sendo o réu casado, a participação de seu cônjuge no processo é sempre indispensável se tiver por objeto coisa imóvel.</p> <p>IV. Tendo por objeto coisa imóvel, poderá ser ajuizada e prosseguir no foro do domicílio do réu, ainda que não seja o foro da situação do bem, se o réu não opuser exceção de incompetência.</p> <p>V. O réu na ação de reintegração de posse, alegando que é o esbulhado, poderá reconvir, inclusive alegando usucapião como matéria de defesa para se manter na posse.</p>
<p style="text-align: center;"><b>DIREITO PROCESSUAL</b></p> <p>71. A relação jurídica processual somente se angulariza com</p> <p>(A) o despacho que recebe a petição inicial.</p> <p>(B) a citação válida.</p> <p>(C) a sentença de mérito.</p> <p>(D) a contestação.</p> <p>(E) a distribuição da ação, nas comarcas em que houver mais de um Juiz.</p>	<p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e V.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) III e V.</p> <p>(E) IV e V.</p>

<p>76. Considere as seguintes afirmações acerca do procedimento sumário:</p> <p>I. Não se admite prova pericial que, se for requerida, tornará obrigatória a conversão em procedimento ordinário.</p> <p>II. O réu terá de arrolar testemunhas até cinco dias antes da audiência de instrução e julgamento.</p> <p>III. O réu será citado com a antecedência mínima de dez dias da audiência de conciliação, sendo que este prazo contar-se-á em dobro se a Fazenda pública for ré.</p> <p>IV. A reconvenção e a ação declaratória incidental terão de ser apresentadas na audiência.</p> <p>V. Na apelação não haverá revisor.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) III e V.</p>	<p>79. Proposta ação popular visando a anular ato municipal lesivo ao patrimônio público municipal e a condenar os responsáveis a ressarcir o erário, foi determinada a citação do Município envolvido e das autoridades responsáveis pelo ato lesivo. No 20º dia contado do início do prazo para contestação, defenderam-se apenas as autoridades responsáveis pelo ato, mas não o Município.</p> <p>Na seqüência, o Município e um outro cidadão peticionaram manifestando seu interesse em atuar no processo ao lado do autor, o que foi indeferido pelo juiz sob o argumento de não haver amparo legal, ensejando a interposição de agravo de instrumento pelos interessados.</p> <p>Tendo o autor desistido da ação, o juiz determinou a publicação dos editais previstos na legislação pertinente à matéria, após o que o cidadão que então havia pretendido auxiliar o autor da demanda apresentou-se para dar prosseguimento ao processo, o que foi deferido pelo juiz.</p> <p>Considerando a situação narrada, é correto afirmar que</p> <p>(A) a contestação das autoridades responsáveis pelo ato lesivo é intempestiva, o que, no entanto, não acarreta a produção dos efeitos da revelia, considerando a natureza do direito discutido.</p> <p>(B) está correta a decisão que não admitiu o Município como assistente do autor, já que foi incluído na ação na qualidade de réu.</p> <p>(C) está correta a decisão que não admitiu outro cidadão como assistente do autor.</p> <p>(D) está correta a decisão que permitiu o prosseguimento da ação após a desistência pelo autor.</p> <p>(E) o agravo de instrumento não deve ser conhecido, por não ser cabível este recurso em ação popular, haja vista a necessidade de celeridade no rito processual.</p>
<p>77. Admite-se exceção de pré-executividade:</p> <p>(A) somente para opor exceção de contrato não cumprido.</p> <p>(B) apenas para alegar prescrição ou decadência.</p> <p>(C) para negar executividade do título que não for líquido, certo e exigível.</p> <p>(D) sempre que for possível argüir excesso de execução.</p> <p>(E) para reclamar do excesso de penhora.</p>	<p>80. A sentença que julga procedente a ação popular</p> <p>(A) não pode ser executada pela pessoa jurídica de direito público que tenha contestado a ação.</p> <p>(B) sempre terá eficácia de coisa julgada oponível <i>erga omnes</i>.</p> <p>(C) está sujeita à apelação, com efeito meramente devolutivo.</p> <p>(D) somente pode ser executada pelo autor da ação ou por outro cidadão.</p> <p>(E) não pode ser executada por meio de desconto em folha, ainda que o condenado perceba remuneração dos cofres públicos.</p>
<p>78. Nos embargos à execução fiscal</p> <p>(A) não será admitida reconvenção.</p> <p>(B) argüindo o executado nulidade da Certidão de Dívida Ativa, esta não poderá, até a decisão de primeiro grau, ser emendada ou substituída, devendo a execução ser extinta.</p> <p>(C) a Fazenda será intimada para impugná-los no prazo de dez (10) dias.</p> <p>(D) não se admite produção de prova testemunhal, tendo a matéria de defesa ser provada apenas por documentos.</p> <p>(E) as exceções de suspeição, incompetência e impedimento serão argüidas como matéria preliminar.</p>	<p>81. De acordo com a Lei nº 7.347/85 e alterações subsequentes, NÃO pode ser objeto de ação civil pública a reparação dos danos</p> <p>(A) morais causados ao consumidor.</p> <p>(B) decorrentes da violação à legislação municipal de zoneamento.</p> <p>(C) causados por infração da ordem econômica e da economia popular.</p> <p>(D) causados pela possibilidade de extinção de espécies da fauna e da flora.</p> <p>(E) causados em razão da exigibilidade indevida de tributos.</p>

<p>82. Concedida medida liminar em mandado de segurança impetrado perante juízo singular, a pessoa jurídica de direito público interessada</p> <p>(A) não poderá interpor qualquer medida processual visando à reforma ou suspensão da decisão, haja vista que não é parte no processo.</p> <p>(B) não poderá interpor agravo de instrumento, tendo em vista a existência de outro recurso mais adequado para a reforma da decisão.</p> <p>(C) não poderá interpor agravo de instrumento contra a decisão concessiva, em razão de vedação expressa na legislação que regula a matéria.</p> <p>(D) poderá requerer a suspensão da execução da medida liminar ao presidente do tribunal competente, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.</p> <p>(E) poderá interpor agravo de instrumento apenas em caso de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.</p>	<p>86. Não comparecendo ao interrogatório o funcionário público acusado de crime contra a administração em geral, o feito será suspenso,</p> <p>(A) ainda que citado pessoalmente.</p> <p>(B) se citado por edital e tiver constituído defensor.</p> <p>(C) se não constituir defensor, seja a citação pessoal ou por edital.</p> <p>(D) se citado por edital e não tiver constituído defensor.</p> <p>(E) se citado pessoalmente por precatória.</p>
<p>83. Se o crime for de alçada privada, a instauração de inquérito policial</p> <p>(A) só interrompe o prazo para o oferecimento da queixa.</p> <p>(B) é causa interruptiva da prescrição.</p> <p>(C) não interrompe ou suspende o prazo para o oferecimento da queixa.</p> <p>(D) só suspende o prazo para o oferecimento da queixa.</p> <p>(E) interrompe e suspende o prazo para o oferecimento da queixa.</p>	<p>87. Relativamente à competência material da Justiça do Trabalho é correto afirmar que abrange a administração pública</p> <p>(A) indireta apenas de Estados e Municípios, quanto aos seus servidores estatutários.</p> <p>(B) direta e indireta de Estados e Municípios, quanto a todos os seus servidores.</p> <p>(C) indireta apenas, de Estados e Municípios, quanto aos seus servidores regidos pela CLT.</p> <p>(D) indireta apenas, de Estados e Municípios, quanto a todos os seus servidores.</p> <p>(E) direta e indireta de Estados e Municípios, quanto aos seus servidores regidos pela CLT.</p>
<p>84. Cabe <i>habeas corpus</i> para trancamento de inquérito policial se</p> <p>(A) o fato investigado for atípico.</p> <p>(B) não obedecido o contraditório.</p> <p>(C) não garantida a ampla defesa.</p> <p>(D) verificada nulidade absoluta.</p> <p>(E) não obedecido o rito legal.</p>	<p>88. Constitui privilégio da Fazenda Pública, no processo do trabalho, a observância do prazo mínimo entre a notificação inicial e a realização da audiência de</p> <p>(A) vinte dias.</p> <p>(B) quinze dias.</p> <p>(C) dez dias.</p> <p>(D) oito dias.</p> <p>(E) cinco dias.</p>
<p>85. Na instrução de processo por crime praticado por funcionário público contra a administração em geral, apenado com detenção, a defesa poderá arrolar até</p> <p>(A) três testemunhas, incluídas as referidas.</p> <p>(B) oito testemunhas, não incluídas as dispensadas de compromisso.</p> <p>(C) cinco testemunhas, não incluídas as referidas.</p> <p>(D) oito testemunhas, incluídas as referidas.</p> <p>(E) cinco testemunhas, incluídas as dispensadas de compromisso.</p>	<p>89. O rito sumaríssimo, instituído pela Lei nº 9957, de 12/01/2000, no processo do trabalho</p> <p>(A) não se aplica às demandas em que é parte a Administração Pública direta, sendo aplicável às reclamações cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo, na data do ajuizamento, ainda que a reclamada integre a Administração Pública autárquica ou fundacional, desde que versem exclusivamente sobre salário.</p> <p>(B) é aplicável a todas as reclamações cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo, na data do ajuizamento da reclamação.</p> <p>(C) não se aplica às demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.</p> <p>(D) não se aplica às demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, salvo se versarem exclusivamente sobre salário.</p> <p>(E) não se aplica às demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, salvo se versarem exclusivamente sobre salário e o reclamante for menor de dezoito anos de idade.</p>

90. Nas reclamações movidas perante a Justiça do Trabalho contra Fazenda Pública constitui garantia do Poder Público
- (A) o prazo em dobro só para recurso ordinário e recurso ordinário *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.
  - (B) o prazo em dobro para recurso e recurso ordinário *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.
  - (C) o prazo em quádruplo para recurso e recurso ordinário *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.
  - (D) o prazo em dobro só para recurso ordinário, recurso ordinário *ex officio* e recurso de revista *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.
  - (E) o prazo em quádruplo para recurso e recurso ordinário, recurso de revista e agravos *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.

#### DIREITO FINANCEIRO

91. Quanto à competência constitucional para legislar sobre finanças públicas,
- (A) é vedado à lei que instituir o plano plurianual tratar de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
  - (B) é vedado à lei de diretrizes orçamentárias dispor sobre alterações na legislação tributária.
  - (C) cabe à lei de diretrizes orçamentárias dispor sobre as metas e prioridades da administração pública federal.
  - (D) cabe à lei ordinária de iniciativa do Poder Executivo dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
  - (E) lei complementar não poderá dispor sobre a emissão e o resgate de títulos da dívida pública.
92. Sobre os princípios orçamentários, é correto afirmar que o princípio da
- (A) exclusividade prescreve que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, proibindo inclusive a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
  - (B) anualidade supõe o período de tempo de um ano para a execução do orçamento, sendo que no Brasil esse período de um ano não coincide com o ano civil que vai de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro.
  - (C) universalidade prescreve que somente as rendas e não as despesas dos Poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta devem ser incluídas no orçamento anual geral.
  - (D) programação dispõe que os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
  - (E) legalidade em matéria orçamentária impõe que o plano plurianual, as diretrizes anuais e os orçamentos anuais serão estabelecidos por lei de iniciativa do Congresso Nacional.

93. Considere as seguintes afirmações:

- I. A renúncia de receita compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, alteração de alíquotas ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos.
- II. A renúncia de receita por intermédio de ato de concessão de incentivo acompanhada de medidas de compensação não necessita a implementação destas para efetivar seus benefícios.
- III. As regras de renúncia de receita contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal devem ser aplicadas inclusive para o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos da cobrança.
- IV. As alterações das alíquotas dos impostos de importação e de exportação devem obedecer as regras de renúncia de receita prescritas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que se refere a renúncia de receita compreendida na Lei de Responsabilidade Fiscal, SOMENTE está correto o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) III.
- (E) I.

94. Quanto ao tratamento orçamentário das receitas tributárias, NÃO é vedada a

- (A) vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo as exceções expressas previstas no texto constitucional.
- (B) vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a prestação de garantia contra a União e para pagamento de débitos para com esta.
- (C) utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais do empregador sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos pela prestação de serviços, e do trabalhador e demais segurados da previdência social, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social.
- (D) proposta de emenda ao projeto de lei do orçamento anual que indique, como recursos necessários, anulação de despesas correspondentes a transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (E) destinação a qualquer das unidades federadas de parcela superior a vinte por cento do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados.

<p>95. Quanto à lei orçamentária anual, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Seu conteúdo compreende previsões de receitas, fixações de despesas, autorizações para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.</p> <p>II. Ao prever os orçamentos fiscais dos Poderes da União, de seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, deverá atribuir-lhes a função de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.</p> <p>III. Não farão parte de seu conteúdo os orçamentos de investimento das empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto, os quais deverão ser regulados por leis específicas pertinentes a cada uma dessas empresas.</p> <p>IV. Seu projeto de lei será apreciado pela Câmara dos Deputados, na forma do regimento comum, sendo em seguida enviado para sanção ou veto do Presidente da República e posterior publicação.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.</p>	<p>98. Observados todos os requisitos constitucionais e legais, um Município resolve aplicar o IPTU progressivo no tempo como sanção a determinado proprietário. Considerando-se que a alíquota original do IPTU a que estava sujeito esse proprietário era de 0,5%, ao final de 7 anos de cobrança, pelo máximo de progressão permitido na Lei, a alíquota será de</p> <p>(A) 4%. (B) 8%. (C) 15%. (D) 16%. (E) 32%.</p> <hr/> <p>99. Uma mulher reside, como possuidora, em área urbana de 150 m<sup>2</sup>, durante 3 anos ininterruptos. Ao final do 2º ano de posse, seu único filho vem com ela residir e, ao final do 3º ano de posse, a mãe vem a falecer. Mãe e filho não eram proprietários de outro imóvel urbano ou rural. Nessa situação, o filho</p> <p>(A) terá direito ao usucapião especial da área se nela residir ininterruptamente por mais 2 anos. (B) terá direito ao usucapião especial da área se nela residir ininterruptamente por mais 3 anos. (C) terá direito ao usucapião especial da área se nela residir ininterruptamente por mais 4 anos. (D) terá direito ao usucapião especial da área se nela residir ininterruptamente por mais 5 anos. (E) passa a ter imediatamente direito ao usucapião especial da área.</p>
<p style="text-align: center;"><b>DIREITO URBANÍSTICO</b></p> <p>96. Uma das diferenças entre as limitações administrativas ao direito de propriedade e as servidões administrativas é o fato de as servidões</p> <p>(A) decorrerem diretamente da lei e prescindirem de atos administrativos para sua instituição, o que não ocorre com as limitações. (B) retirarem determinadas faculdades inerentes ao domínio, o que não ocorre com as limitações, consideradas direito real sobre coisa alheia. (C) serem sempre criadas por ato discricionário, diferentemente das limitações, que devem ser sempre instituídas por atos vinculados. (D) recaírem sobre imóveis especificados, ao contrário das limitações, que devem ter caráter geral. (E) serem instituídas no interesse exclusivo do prédio serviente, ao contrário das limitações, que devem ser instituídas em razão de interesse público.</p> <hr/> <p>97. As limitações urbanísticas à propriedade privada concernentes ao direito de construir, por meio das quais a lei municipal pode disciplinar as construções em determinadas regiões da área urbana, podem ser vistas como expressão direta do princípio urbanístico da</p> <p>(A) função individual da propriedade. (B) afetação das mais-valias ao custo da urbanificação. (C) justa distribuição dos ônus urbanísticos. (D) utilização pública dos equipamentos urbanos. (E) conformação pública da propriedade privada.</p>	<p>100. Determinada Lei municipal, para dar aplicação a instrumento do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor do Município, estabelece, dentre outras, as seguintes regras sobre a desapropriação de imóvel urbano com pagamento em títulos da dívida pública:</p> <p>I. Os títulos serão resgatados no prazo de até 20 anos, em prestações anuais iguais e sucessivas. II. Os títulos terão poder liberatório para pagamento de tributos municipais. III. O aproveitamento do imóvel poderá ser efetuado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nesses casos, o devido procedimento licitatório.</p> <p>Dessas regras, APENAS a</p> <p>(A) I está de acordo com o Estatuto da Cidade. (B) II está de acordo com o Estatuto da Cidade. (C) III está de acordo com o Estatuto da Cidade. (D) I e a II estão de acordo com o Estatuto da Cidade. (E) I e a III estão de acordo com o Estatuto da Cidade.</p>